



**IPARDES**

fundação édison vieira INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

**COOPERATIVAS NO PARANÁ: GESTÃO  
E PARTICIPAÇÃO DO QUADRO SOCIAL**

**CONVÊNIO**

**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DE-  
SENVOLVIMENTO - PNUD**

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A  
AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO**

**PROJETO CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA  
AGRICULTURA DE ALIMENTOS NO PARANÁ  
(BRA/82/017)**

**TRABALHO DE CAMPO 17**

**CURITIBA**

**OUTUBRO/1985**

I59c IPARDES-Fundação Edison Vieira.  
. Cooperativas no Paraná: gestão e participação do quadro social. Curitiba, 1985.  
62f.  
Convênio PNUD, FAO, BRA/82/017.

1.Cooperativa agrícola-Paraná. I.Título.

CDU 334.6:63 (816.2)

**IPARDES - Fundação Edison Vieira**

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS - *Diretor-Presidente*

CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM - *Secretário Geral*

MARIANO DE MATOS MACEDO - *Coordenador Técnico*

**PROJETO CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA AGRICULTURA DE ALIMENTOS NO PARANÁ (BRA/82/017)**

Antonio Hector Giles - *Assessor Técnico Internacional*

Elvina Maria Soares Chaves - *Coordenadora Técnica Nacional*

**RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Jorge Sebastião de Bem (*socióloga*)

**COLABORADORA**

Maria Magdalena Bango (*socióloga*)

**APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL**

Luiza de Fátima Pilati M. Lourenço (*normalização bibliográfica*)

Antônia Schwinden (*editoração*), Maria Cristina Ferreira (*revisão*), Ana Batista Martins (*datilografia*), Iara Regina Teixeira (*desenho*), Pedro Luiz Grzybowiski (*reprografia*)

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE TABELAS ANEXAS.....	vi
APRESENTAÇÃO.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	3
2 RESULTADOS ECONÔMICOS: GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS.....	5
2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS SEIS COOPERATIVAS SELE- CIONADAS.....	9
2.2 GERAÇÃO DE SOBRAS.....	13
2.3 DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS.....	20
3 GESTÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NAS COO- PERATIVAS PARANAENSES.....	31
3.1 ESTRUTURA DE PODER NAS COOPERATIVAS PARA- NAENSES.....	34
3.2 COMITÊS EDUCATIVOS.....	40
4 CONCLUSÕES.....	46
ANEXO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

## LISTA DE TABELAS

1	Crescimento do faturamento bruto das sobras líquidas e do número de associados, segundo as seis cooperativas selecionadas, no Paraná - 1979-83.....	6
2	Evolução da participação industrial sobre o faturamento total, segundo cooperativas agropecuárias singulares, no Paraná - 1970-83.....	14
3	Crescimento anual das sobras operacionais, segundo algumas cooperativas, no Paraná - 1978-83.....	15
4	Evolução da participação das sobras do setor soja e algodão no total das sobras operacionais da COCAMAR, no Paraná - 1977-83.....	16
5	Evolução da participação das sobras do setor soja no total das sobras operacionais da COTREFAL, no Paraná - 1979-83.....	16
6	Evolução da participação das sobras do setor aves e rações no total das sobras operacionais da COPACOL, no Paraná - 1979-83.....	17
7	Evolução da participação das sobras do setor soja no total das sobras operacionais da COAMO, no Paraná - 1979-83.....	17
8	Evolução da participação das sobras do setor soja no total das sobras operacionais da COOPÉVALE, no Paraná - 1979-83.....	18
9	Participação das vendas de grãos, farelo e óleo no total das vendas do setor soja da COCAMAR, no Paraná - 1979-83.....	19
10	Participação das vendas de grãos, farelo e óleo no total das vendas do setor soja da COTREFAL, no Paraná - 1982-83.....	19

11	Destino das sobras líquidas e das sobras à disposição da AGO da COCAMAR, no Paraná - 1979-83.....	23
12	Destino das sobras líquidas e das sobras à disposição da AGO da COTREFAL, no Paraná - 1979-83.....	24
13	Destino das sobras líquidas e das sobras à disposição da AGO da COAMO, no Paraná - 1979-83.....	25
14	Destino das sobras líquidas e das sobras à disposição da AGO da COPACOL, no Paraná - 1979-83.....	27
15	Destino das sobras líquidas e das sobras à disposição da AGO da COOPERVALE, no Paraná - 1979-83.....	28
16	Destino das sobras líquidas e das sobras à disposição da AGO da COMFRABEL, no Paraná - 1979-83.....	29
17	Distribuição dos associados, por estrato de área, segundo grandes regiões, no Paraná - 1970-83.....	34
18	Distribuição dos diretores e conselheiros fiscais, segundo estrato de área, no Paraná - 1982.....	35
19	Distribuição dos diretores e conselheiros fiscais, por região, segundo estrato de área, no Paraná - 1982.....	36
20	Número de comitês educativos e de associados participantes, segundo grandes regiões, no Paraná - 1979-1981-1983.....	44

## ..LISTA DE TABELAS ANEXAS

A.1	Repartição das sobras da COCAMAR à disposição da AGO, no Paraná - 1979-83.....	49
A.2	Sobras líquidas e fundos estatutários da COCAMAR, no Paraná - 1979-83.....	49
A.3	Repartição das sobras da COTREFAL à disposição da AGO, no Paraná - 1979-83.....	50
A.4	Sobras líquidas, fundos estatutários e sobras à disposição da AGO da COTREFAL, no Paraná - 1979-83.....	50
A.5	Repartição das sobras da COAMO à disposição da AGO, no Paraná - 1979-83.....	51
A.6	Sobras líquidas, fundos estatutários e sobras à disposição da AGO da COAMO, no Paraná - 1979-83.....	51
A.7	Repartição das sobras da COPACOL à disposição da AGO, no Paraná - 1979-83.....	52
A.8	Sobras líquidas, fundos estatutários e sobras à disposição da AGO da COPACOL, no Paraná - 1979-83.....	52
A.9	Repartição das sobras da COOPERVALE à disposição da AGO, no Paraná - 1979-83.....	53
A.10	Sobras líquidas, fundos estatutários e sobras à disposição da AGO da COOPERVALE, no Paraná, 1979-83.....	53
A.11	Repartição das sobras da COMFRABEL à disposição da AGO, no Paraná - 1979-83.....	54
A.12	Sobras líquidas, fundos estatutários e sobras à disposição da AGO da COMFRABEL, no Paraná - 1979-83.....	54

## APRESENTAÇÃO

Este estudo, Cooperativas no Paraná: Gestão e Participação do quadro social, faz parte de um conjunto de pesquisas sobre agroindústrias e cooperativas no Paraná - inseridas no projeto Consolidação e Expansão da Agricultura de Alimentos no Paraná - e analisa, mais detalhadamente, os resultados obtidos no estudo Agroindústria e Cooperativas no Paraná, em que abordam-se os impactos da agroindústria nas cooperativas paranaenses.

Neste documento, procura-se conhecer a dinâmica da gestão e participação dos associados nas cooperativas agropecuárias do Paraná.



## INTRODUÇÃO

A participação dos associados nas cooperativas e a criação de novos canais de representação mais adequados à nova situação político-econômica que se inicia no país, passam por um maior controle de gestão (econômica e política), reduzindo a autonomia do corpo dirigente. Essa questão é colocada pela maioria dos produtores como central, da qual dependem os rumos futuros do cooperativismo.

O cooperativismo agrícola no Paraná teve seu crescimento sustentado pelo modelo agrícola desenvolvido no país nas últimas duas décadas, modelo que mostrou sua face essencialmente excludente. Apesar disso, as cooperativas desempenharam um papel na integração de determinadas categorias de produtores, sobretudo dos pequenos e médios, ao processo de modernização. Sem elas, ao que parece, essa integração teria sido muito mais dramática e custosa.

Um estudo sobre a participação dos associados nas cooperativas deve, necessariamente, levar em conta esse fato recente e refletir ainda mais sobre o presente, tendo em vista a crise econômico-financeira que abalou o setor, principalmente nos anos oitenta.

A crise tem penalizado as cooperativas de várias maneiras, no entanto, os maiores problemas se devem ao seu elevado grau de endividamento e à ausência de créditos governamentais subsidiados, o que tem gerado grandes aumentos nos gastos com en-

cargos financeiros. Isso prejudica sobremaneira o associado, principalmente o pequeno produtor, pois este já se encontra num processo de descapitalização em função de recursos escassos e taxas de juros crescentes. Mesmo assim, o associado vê na cooperativa uma alternativa aos seus problemas, a qual, face a sua situação financeira precária, tende, ao contrário do que imagina o pequeno produtor associado, a reter maiores volumes de sobras.

No entanto, o que parece ser uma crise da cooperativa, ou do produtor, é na verdade o reflexo de uma crise generalizada na agricultura brasileira, indicando a falência do modelo agrícola atual.

Diante dessa situação, o associado, que até então vinha se mantendo numa posição passiva, reage, e iniciam-se os conflitos, que, em última instância, resultam num desvio de produção para outros canais de comercialização. Como consequência, o próximo passo será seu desligamento da cooperativa.

Face a essa problemática, no item 1, pretende-se analisar o comportamento do setor, comparando-se seis diferentes cooperativas, principalmente após sua entrada na agroindustrialização. A partir dos balanços e atas de assembleias gerais ordinárias, pode-se verificar o volume de sobras distribuídas e como tem sido usada a parte não-distribuída.

No item 2, discute-se a questão das relações de poder interno e como se relacionam as diferentes categorias de produtores. Por último, analisa-se o papel dos Comitês Educativos enquanto proposta do Estado para melhorar o relacionamento entre dirigentes e associados.

## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para análise da participação do quadro social nas cooperativas, no que diz respeito aos seus aspectos econômicos e políticos, faz-se necessário o conhecimento de múltiplas variáveis, dada a complexidade de um tema como este. No entanto, o conhecimento de tais variáveis implica o acesso a uma série de informações, em sua maioria, não-disponíveis.

Em função disso, restringiu-se a análise de sobras geradas como ponto central no relacionamento entre produtores e diretorias das cooperativas. As sobras têm sido, por um lado, reivindicadas como necessidade econômica do associado e, por outro, como um resultado econômico das diretorias, conseqüentemente, sendo usadas por estas como instrumento de controle político da gestão. Ou seja, na cooperativa, o maior ou menor volume de sobras demonstra a eficiência ou não da diretoria. Já o associado não tem o mínimo controle se vai ou não haver distribuição das sobras geradas.

Assim, é importante conhecer a dinâmica interna nas cooperativas e responder como e por que se dá a apropriação das sobras. Quais as implicações da distribuição ou não das sobras na organização do poder nas cooperativas?

Este estudo se baseia em dados secundários disponíveis e em levantamentos efetuados pela ACARPA, através dos formulários de coleta para o Banco de Dados Cooperativista.

Na análise das sobras, considerou-se uma seleção de seis

cooperativas. Na escolha dessas cooperativas, o indicador principal foi o faturamento bruto total em 1983 e o grau de industrialização pela participação nesse faturamento. Desse modo, optou-se pela COCAMAR e COTREFAL, como as cooperativas singulares mais industrializadas do Estado e, com menor grau de industrialização, pela COAMO e COPACOL, esta última por ser pioneira no ramo de integração avícola. As demais são a COOPERVALE e COMFRABEL, cooperativas estritamente comerciais.

## 2 RESULTADOS ECONÔMICOS: GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS

Qualquer estudo que pretenda avaliar o desempenho das cooperativas agropecuárias, pelo menos no caso paranaense, deve levar em conta dois fatores. O primeiro deriva do fato de serem estas associações de agricultores, especialmente de pequenos, daí sua importância social, pois qualquer medida concernente às cooperativas deverá afetar direta ou indiretamente essa categoria.

O segundo aspecto se refere às críticas dirigidas ao sistema cooperativo, principalmente no tocante ao seu crescimento e ao impacto negativo deste sobre o quadro social das cooperativas.

Em relação ao financiamento de seu processo de crescimento, as críticas circulam em torno da idéia de que a acumulação interna teria sido calcada sobre a expropriação de excedentes de seus associados, ou seja, através da retenção de sobras geradas.

O que significam as sobras? As sobras representam o resultado econômico ou lucro obtido pelas cooperativas através de suas atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços. Assim, são determinadas pelo volume de operações que são feitas em cada atividade das cooperativas.

Constata-se, nas seis cooperativas selecionadas, uma maior geração de sobras naquelas industrializadas. Essa diferença é ainda mais acentuada, se forem isoladas as duas maiores coope-

rativas (COAMO e COCAMAR) em relação às demais (tabela 1).

TABELA 1 - CRESCIMENTO DO FATURAMENTO BRUTO, DAS SOBRES LÍQUIDAS E DO NÚMERO DE ASSOCIADOS, SEGUIDO AS SEIS COOPERATIVAS SELECIONADAS, NO PARANÁ - 1979-83  
(Em Cr\$ 1 000 Constantes)

COOPERATIVA ANO	FATURAMEN- TO BRUTO (A)	ÍNDICE*	SOBRES LÍQUIDAS (B)	ÍNDICE*	B/A (%)	Nº DE AS- SOCIAADOS	ÍNDICE*
<b>COCAMAR</b>							
1979	62 083 659	-	6 038 323	100	9,72	6 324	-
1980	75 780 118	122	5 095 656	83	6,60	8 652	137
1981	61 448 240	99	3 428 599	57	5,57	10 092	159
1982	77 716 452	125	4 435 772	73	5,70	11 937	189
1983	113 869 044	183	23 366 653	387	20,52	19 757	312
<b>COTRECAL</b>							
1979	15 161 427	-	409 034	100	2,51	3 046	-
1980	27 915 652	173	820 216	202	2,96	3 238	106
1981	25 747 960	169	333 025	74	1,29	3 632	121
1982	35 243 610	218	2 231 819	546	6,33	3 975	130
1983	43 222 224	287	3 438 626	841	7,95	3 994	131
<b>COAMO</b>							
1979	89 929 586	-	5 707 393	100	6,34	6 439	-
1980	107 203 996	119	9 333 256	163	8,70	8 114	126
1981	86 360 996	96	9 234 628	162	10,69	9 800	152
1982	114 805 033	128	6 721 582	118	5,85	11 593	180
1983	140 844 433	157	20 555 250	500	20,27	13 426	204
<b>COPACOL</b>							
1979	18 409 599	-	572 179	100	3,10	2 553	-
1980	21 517 091	117	705 253	123	3,27	3 257	127
1981	25 081 622	136	524 007	91	2,68	4 105	161
1982	31 173 423	169	318 127	55	1,82	4 749	186
1983	37 236 117	202	1 726 141	301	4,63	5 018	196
<b>COOPERYALE</b>							
1979	52 917 651	-	777 480	100	1,46	4 386	-
1980	66 464 276	125	1 377 370	301	2,07	4 696	107
1981	62 948 161	119	2 614 126	336	4,15	5 962	136
1982	64 367 800	122	924 405	119	1,43	5 750	131
1983	76 261 115	144	4 320 142	555	5,66	5 712	130
<b>COMERABEL</b>							
1979	15 027 455	-	195 833	100	1,30	3 138	-
1980	10 382 672	68	177 793	91	1,72	3 443	109
1981	14 648 599	93	167 325	85	1,19	4 238	135
1982	14 910 529	99	78 796	40	5,29	4 685	156
1983	10 307 999	68	318 805	163	3,09	5 135	164

FUITE: ACAPRA - Banco de Dados Cooperativas, 1979-83  
\*Base 1979 = 100

A relação faturamento bruto versus sobras líquidas mostra que as margens de ganhos no ano de 1983 estiveram bem acima das dos demais anos anteriores, principalmente na COAMO e COCAMAR. Explica-se esse resultado pela recuperação dos preços da soja e do algodão nesse ano, e pelo bom desempenho industrial no processamento desses produtos.

Essas condições da comercialização, associadas a certas circunstâncias adversas (quebra de safra, mudanças na política agrícolas, etc.), a que estão sujeitas as atividades agrícolas e que não serão analisadas neste trabalho, dificultam que se vislumbre uma tendência clara de lucratividade, posto que determinam grande variação nos preços dos principais produtos ano a ano.

Observa-se, no entanto, que no ano de 1983 a lucratividade da COAMO e COCAMAR foi excepcional, ou seja, mais que dobrou a obtida pelas demais cooperativas naquele ano. Esse montante dos resultados apurados - valor das sobras líquidas apuradas no ano de 1983 pelo número de associados - na COCAMAR e COAMO, em salários mínimos de dezembro de 1983, daria a cada produtor associado um retorno de 21 e 37 salários mínimos, respectivamente, o que não é nada desprezível quando se confronta com a composição do quadro social, em sua maioria de pequenos produtores.

Para determinar a importância ou não das sobras para os sócios, é interessante observar, na tabela 1, o crescimento do quadro social nas cooperativas analisadas. A COAMO e COCAMAR, que obtiveram melhores resultados, foram as que agregaram maior número de filiados.

Embora o significativo crescimento das sobras tenha propiciado crescimento do quadro social, isso, por si só, não explica o grande crescimento dos investimentos realizados por essas cooperativas.

Em estudo recente realizado pelo IPARDES,<sup>1</sup> procurou-se, entre outros aspectos, discutir as vias de crescimento de três cooperativas representativas do cooperativismo estadual - uma grande, uma média e uma pequena - e suas fontes de financiamento.

Verificou-se que mesmo na grande cooperativa a participação dos recursos próprios nos investimentos realizados é

<sup>1</sup>IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983, 272f.

relativamente baixa, indicando que seu crescimento foi financiado em, larga medida, por recursos de terceiros, subsidiados, e não pela expropriação de excedentes de seus associados. De fato, a retenção de sobras, por mais expressiva que tenha sido, jamais teria permitido um crescimento com o ritmo e dimensões observados.

Por outro lado, as críticas à deterioração das relações cooperativa/produtores associados, aparentemente ligadas ao crescimento das cooperativas, são um problema mais delicado. Embora as cooperativas tenham continuado a incorporar produtores, principalmente pequenos,\* isso não é suficiente para ignorar as críticas à deterioração dessas relações.

O princípio que rege a formação e crescimento de uma cooperativa está na necessidade de um grupo de produtores colocar, de forma mais vantajosa, seus produtos dentro da cadeia produção/consumo. Portanto, o crescimento das cooperativas, tanto pela via comercial como industrial, somente pode ser justificado pela busca de melhores condições de concorrência e pela resultante repartição de benefícios aos associados.

No entanto, esse crescimento, que será mais intenso com a atividade industrial, pode levar a cooperativa a uma sempre crescente necessidade de autocalcapitalização, agudizada pela retirada dos financiamentos subsidiados e pela crise econômica, provocando a retenção do excedente em detrimento da repartição de benefícios aos associados.

\*Entre 1977 e 1983 as cooperativas paranaenses duplicaram seu número de associados, que passou de 73 628 para 161 525. Não menos notável é o aumento da participação dos pequenos produtores (menos de 50 ha), que representavam 74% do quadro social em 1979 e passam a representar 80% em 1983.



## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS SEIS COOPERATIVAS SELECIONADAS

A Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuários de Maringá Ltda. - COCAMAR - está localizada no Norte do Estado, sendo sua área de atuação composta por 28 municípios, com sede na cidade de Maringá.

Classificada, segundo o faturamento bruto, como grande cooperativa, é pioneira no esmagamento de soja a partir de 1979, com capacidade instalada de 1 600 t/dia, passando desde então a ter nesse setor a maior fatia de sua receita.

Em 1982, a COCAMAR inicia as operações de fiação de algodão e esmagamento de caroço, com capacidade de 2 900 t/ano e 400 t/dia, respectivamente. Os reflexos dessas atividades industriais possibilitam uma mudança no perfil da cooperativa, que passa a ter na industrialização a maior fonte de suas receitas, 65,90% do faturamento.

No que se refere às receitas derivadas da comercialização agrícola, destacam-se o café em coco, trigo, milho e outros produtos que totalizam uma pauta de dez, incluindo soja e algodão.

A COCAMAR recebeu, em 1980, um volume de 289 165t de produtos agrícolas, ao passo que em 1983 atingiu 423 767t, representando um incremento de 68,23%.

Observando-se a participação da soja recebida no total da produção da área de atuação, das 320 000t produzidas em 1983, essa cooperativa comercializou 244 462t, ou seja, 76,39% do total.

Os crescentes volumes de produção têm sido acompanhados do aumento do quadro social. Enquanto em 1979, 6 324 produtores eram associados, em 1983 esse número salta para 19 757, demonstrando um crescimento de mais de três vezes.

No que diz respeito ao tamanho dos estabelecimentos dos associados, a maioria, 59,30%, está na faixa de até 50 ha, sendo 33,7% até 25 ha de área.

A Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. - COTREFAL -, localizada no Extremo-Oeste do Estado, com sede na cidade de Medianeira e área de atuação abrangendo sete municípios, tem como característica principal a de ser uma grande cooperativa com ingresso mais recente (1982) na indústria, através da aquisição de uma unidade de esmagamento de soja, cuja capacidade instalada é de 1 000 t/dia. Isso permitiu à COTREFAL ter a maior parte de seu faturamento proveniente da indústria, que em 1983 foi de 43 222 milhões, representando 56,7% desse total.

O principal produto comercializado é a soja, com 64,0% dos volumes recebidos, seguido do milho, trigo e outros, destacando-se o leite e suínos.

Embora seja uma grande cooperativa, a COTREFAL tem um quadro social composto por pequenos produtores. Dos 3 944 associados, 84,8% têm área inferior a 20 ha.

A Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - COAMO - é a cooperativa singular com maior faturamento bruto no Paraná. Sua área de atuação está localizada no Norte do Estado, abrangendo 20 municípios, com sede em Campo Mourão.

O ingresso da COAMO na agroindústria, em 1981, se deu via unidade de esmagamento de soja, com capacidade instalada de 1 000 t/dia. Atualmente está instalando destilaria de álcool com 150 000 l/dia. O peso dessa agroindústria no faturamento é de 27,87%.

Os principais produtos comercializados pela COAMO são a soja, algodão, milho e trigo, representando, em 1983, o volume

de 686 811t, ou seja, 98% do total; a soja participa com 57,5%. Comparando-se a produção recebida versus produção da área de atuação, a cooperativa comercializou 67,0% da produção desses produtos em 1983. Essa expressiva participação na comercialização se deve a um quadro social de 13 246 produtores, sendo que 10 124 possuem área inferior a 50 ha e 7 618 inferior a 25 ha; ou seja, 75,4% dos associados são pequenos produtores.

Dentre as cooperativas analisadas, a Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. - COPACOL -, situada no Oeste do Estado, mesmo tendo a soja como principal produto, trilhou uma outra linha no seu processo de industrialização, implantando, a partir de 1982, uma unidade de abatedouro de frangos e uma fábrica de rações e concentrados, com participação no faturamento de 21,0% em 1983.

Considerada como grande cooperativa pelo seu faturamento, a COPACOL tem na soja e no trigo 29,7% do valor da comercialização em 1983. Os demais produtos, por importância, são algodão, milho, café, suínos e leite, entre outros.

O quadro social, em 1983, adquire uma expressão ainda maior, quando comparado ao número de estabelecimentos da área. Observa-se que 76,4% dos produtores estão vinculados a cooperativas. A área dos estabelecimentos associados na faixa de até 20 ha é de 66,9%; ampliando-se para até 50 ha, esse percentual sobe para 90,0%, indicando uma significativa filiação do pequeno produtor na cooperativa.

A Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda. - COOPERVALE -, localizada no Extremo-Oeste Paranaense, é uma grande cooperativa não-industrializada que seguiu a via da comercialização desde a fundação até o momento atual e ampliou

sua área de atuação com entrepostos no Mato Grosso do Sul. Sua importância comercial é consequência de um volume de 417 913 t movimentadas em 1983, sendo a soja o principal produto, com 48,9%, seguida do trigo e milho, com 44,1%. Os demais produtos, de menor importância, são arroz, algodão, feijão, entre outros.

De acordo com seu faturamento bruto, a COOPERVALE foi classificada como a quarta cooperativa do Paraná, perdendo apenas para a COAMO, COTIA e COCAMAR, em 1982.

O número de associados dessa cooperativa, em 1983, era de 5 712, com 469 destes no Mato Grosso do Sul. A grande maioria do quadro social (4 487) tem área inferior a 50 ha, sendo que nos estabelecimentos com até 20 ha se encontram 49,2% desses associados.

A Cooperativa Mista Francisco Beltrão Ltda. - COMFRABEL -, situada no Sudoeste do Estado, é uma cooperativa essencialmente comercial, com área de atuação em cinco municípios e sede em Francisco Beltrão. Como cooperativa de classificação média, segundo seu faturamento bruto, tem participação expressiva na comercialização de produtos alimentares, principalmente feijão preto. Segundo dados de 1982, o feijão foi responsável por 61,0% do faturamento da comercialização agrícola, enquanto a soja participou com 15,0%. Nesse ano, foram comercializadas 43 465t de feijão e 16 558t de soja.

Mesmo sendo cooperativa média, em número de associados a COMFRABEL é a sétima do Estado, com 4 885 produtores associados em 1982, segundo classificação da ACARPA. A composição desse quadro social, em sua maioria, é de pequenos produtores, 87,0% possuem menos de 50 ha e destes, 60,6% se situam nos estratos de até 20 ha.

## 2.2 GERAÇÃO DE SOBRAS

Se até 1980 quase todo crescimento obtido pelo setor cooperativo resultava da expansão horizontal, ou seja, as cooperativas atuavam, basicamente, no recebimento de produtos e na comercialização, hoje, a industrialização tem sido o vetor desse crescimento.

Como já observado, a industrialização das cooperativas não se deu num ambiente de crescimento econômico, ao contrário, tornou-se mais intensa no final da década de 70 e início na de 80, período de aguda crise econômica que se abateu sobre o país, quando foram retirados os subsídios que normalmente eram repassados ao setor cooperativo.

No entanto, as cooperativas se empenham em buscar independência com relação aos créditos de terceiros, tendo, por consequência, maior necessidade de autocalcapitalização, sustentada por maior geração de excedentes, que poderã ser potencializada através do valor agregado obtido pela industrialização de seus produtos.

A análise do impacto da agroindústria sobre as sobras é dificultada pelo fato de que a atividade agroindustrial das cooperativas paranaenses é muito recente, salvo no caso de alguns produtos, como o leite. Isso significa que os investimentos realizados ainda estão sendo amortizados, rendendo, portanto, resultados relativamente modestos. Por outro lado, grande parte dos investimentos foi realizada durante a crise, sofrendo, assim, pesadamente todas as suas consequências.\*

\*Ver nesse sentido, BEM, Jorge S. de. A crise nas cooperativas do Paraná. Indústria e Comércio, Curitiba, 2 jul. 1985. REPENSAR o cooperativismo. Folha de Londrina. Londrina, 6 jul. 1985. Cad. especial.

Uma outra dificuldade se refere à contabilidade das cooperativas, que, salvo em alguns casos, não separa claramente os resultados das atividades industriais. A isso deve-se agregar o fato de que seus balanços patrimoniais não são uniformes, variando inclusive o registro contábil da mesma cooperativa de um ano para outro. Apesar disso, é possível apresentar algumas evidências que indicam um impacto positivo da agroindústria sobre as sobras.

Um primeiro e mais confiável indicador é a evolução da participação do faturamento industrial sobre o faturamento total. Analisando-se a tabela 2, constata-se que a participação do faturamento industrial sobre o faturamento total das cooperativas singulares passa de 8,4% em 1979, para 23% em 1983.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO INDUSTRIAL SOBRE O FATURAMENTO TOTAL, SEGUNDO COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS SINGULARES, NO PARANÁ - 1970-83

(Em Cr\$ mil)

ANO	FAT. INDUSTRIAL (A)	FAT. TOTAL (B)	A/B (%)
1979	3 247 341	38 627 662	8,4
1980	8 741 147	90 562 115	9,7
1981	17 858 294	179 520 654	9,9
1982	43 520 851	432 243 334	10,1
1983	175 702 120	1 198 535 077	23,0

FONTE: ACARPA - Banco de Dados Cooperativista, 1979-83

Observa-se, na tabela 3, que as sobras operacionais totais das cooperativas mais industrializadas (COCAMAR e COTREFAL) crescem substancialmente mais que as das cooperativas com peso menor na industrialização (COAMO e COPACOL), e muito acima das sobras das não-industrializadas (COOPERVALE e COMFRABEL). Ou seja, tudo indica que a evolução das sobras totais tem sido de-

terminada pela evolução das sobras geradas na indústria.

TABELA 3 - CRESCIMENTO ANUAL DAS SOBROS OPERACIONAIS, SEGUIDO ALGUMAS COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1978-83

(Em Cr\$ mil)

ANO	SOBRAS OPERACIONAIS											
	COCAMAR		COTREFAL		COPACOL		COAPO		COOPERYALE		COMFRABEL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1978	41 653	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1979	191 412	100*	15 331	100	28 811	100	252 178	100	247 021	100	9 370	100
1980	562 541	294	71 449	466	56 806	197	924 743	367	629 988	255	17 030	182
1981	867 342	453	70 653	461	107 608	373	1 969 500	777	1 922 004	778	33 666	359
1982	1 853 621	968	321 156	2 095	72 204	251*	3 569 864	1 415	4 102 396	1 661	143 376	1 530
1983	23 804 465	12 441	2 182 991	14 239	2 069 964	7 185	28 173 767	11 172*	5 816 030	2 354	318 805	3 402

FONTE: Balanços Patrimoniais

\*Ano de implantação ou operação de indústria

Essa avaliação, no entanto, é relativizada pela constatação da existência de dois procedimentos na distribuição das sobras geradas nas cooperativas. Por um lado, têm-se cooperativas que partem do princípio da chamada distribuição a curto prazo, isto é, essas cooperativas preferem repassar aos seus produtores associados uma parcela das futuras sobras através de melhores preços e maior número de serviços mais baratos.

Evidentemente, essa opção se reflete em volumes de sobras menos disponíveis no final de cada exercício. Por outro, existem cooperativas que preferem otimizar os ganhos de suas operações conseguindo, assim, maiores volumes de sobras no final de cada balanço; dessa forma mostram um maior dividendo administrativo.

Analisando-se a evolução das sobras totais e das sobras dos setores industrializados das seis cooperativas selecionadas, vê-se que, no caso daquelas que instalaram indústrias no período 1979-83, as sobras aumentam substancialmente. No caso da COCAMAR - a mais industrializada das cooperativas do Paraná - a instalação da indústria de óleo de soja em 1979 faz com que as sobras do setor soja se multipliquem por 14,3, passando a representar 63% das sobras totais. Em 1983, quando essa coope-

rativa inicia a industrialização do algodão, as sobras deste setor se multiplicam por 15,6, passando a representar 42% das sobras totais (tabela 4). No caso da COTREFAL, a segunda cooperativa mais industrializada do Paraná, a instalação da indústria moageira de soja em 1982 mais que dobra a participação das sobras do setor soja no total (tabela 5).<sup>2</sup>

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DO SETOR SOJA E ALGODÃO NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COCAMAR, NO PARANÁ - 1977-83  
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS	SOBRAS DO SETOR SOJA	SOBRAS DO SETOR ALGODÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
				Soja	Algodão
1977	46 196	9 313	12 762	20	28
1978	41 653	8 428	13 828	20	33
1979*	191 412	120 641	53 430	63	28
1980	562 541	270 717	212 347	48	38
1981	867 342	430 500	301 258	50	35
1982	1 853 621	955 630	643 776	52	35
1983*	23 804 465	10 535 914	10 065 085	44	42

FONTE: COCAMAR - Balanços Patrimoniais

\*Ano da implantação da indústria

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DO SETOR SOJA NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COTREFAL, NO PARANÁ - 1979-83  
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS*	SOBRAS DO SETOR SOJA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
1979	15 331	2 060	13
1980	71 449	7 450	10
1981	70 653	17 542	25
1982**	321 156	170 002	53
1983	2 182 991	1 718 423	79

FONTE: COTREFAL - Balanços Patrimoniais

\*Lucro bruto operacional

\*\*Ano da implantação da indústria

<sup>2</sup>IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Agroindústrias e cooperativas no Paraná. Curitiba, 1985.



Tomando-se as duas cooperativas classificadas com menor participação industrial, observa-se que o início das operações industriais também teve forte impacto sobre as sobras. No caso da COPACOL, a entrada em operação do abatedouro avícola e da fábrica de rações em maio de 1982 gera sobras que representam quase um quarto das sobras totais (tabela 6). O caso da COAMO é especial. Embora tenha inaugurado sua unidade esmagadora de soja em 1981, a indústria, por diferentes motivos, só veio a operar efetivamente em 1983. Nesse ano, as sobras do setor soja se multiplicam por 13, passando a representar 52% do total das sobras (tabela 7).<sup>3</sup>

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DO SETOR AVES E RAÇÕES NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COPACOL, NO PARANÁ - 1979-83  
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS*	SOBRAS DO SETOR AVES E RAÇÕES	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
1979	28 811	-	-
1980	56 806	-	-
1981	107 608	433	-
1982**	72 204	17 177	24
1983	2 069 964	469 508	23

FORNTE: COPACOL - Balanços Patrimoniais

\*Resultado líquido operacional

\*\*Ano de implantação da indústria

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DO SETOR SOJA NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COAMO, NO PARANÁ - 1979-83  
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS	SOBRAS DO SETOR SOJA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
1979	252 178	86 831	34
1980	924 743	281 185	30
1981	1 960 500	598 055	31
1982**	3 569 864	1 139 004	32
1983	28 173 767	14 625 881	52

FORNTE: COAMO - Balanços Patrimoniais

\*Sobras líquidas operacionais

\*\*Ano de implantação da indústria

<sup>3</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Agroindústrias e cooperativas...

Poder-se-ia suspeitar que o comportamento das sobras do chamado setor soja, em vez de resultar da industrialização, seria explicado ou pela evolução dos preços e, nesse caso, afetaria todas as cooperativas industrializadas ou não, ou pelo fato de que as operações contabilizadas no setor soja seriam operações comerciais (produto in natura) e não operações com a soja processada.<sup>4</sup>

A primeira suspeita é invalidada se for considerada a evolução das sobras do setor soja da grande cooperativa comercial selecionada, a COOPERVALE. Em 1983, as sobras do setor soja (puramente comercial) da COOPERVALE se multiplicam por 2,1 (tabela 8). Nesse mesmo ano as sobras do setor soja da COCAMAR se multiplicam por 11, as da COTREFAL por 10 e as da COAMO por 13. Esses saltos, sem dúvida, estão ligados à presença da indústria e não necessariamente ao comportamento dos preços do produto.\*

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DO SETOR SOJA NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COOPERVALE, NO PARANÁ - 1979-83  
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS*	SOBRAS DO SETOR SOJA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
1979	247 021	24 708	22
1980	629 988	206 063	33
1981	1 922 004	581 584	30
1982	4 102 396	709 810	17
1983	5 816 030	1 455 825	25

FONTE: COOPERVALE - Balanços Patrimoniais

\*Sobras brutas operacionais

\*Difícilmente se poderia atribuir essa diferença de comportamento à diferença de habilidade comercial das cooperativas. A COOPERVALE é reconhecidamente uma cooperativa muito bem administrada.

<sup>4</sup>IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Agroindústrias e cooperativas...

A segunda suspeita pode ser descartada a partir da observação do fato de que, para as duas cooperativas selecionadas que industrializam soja,\* COCAMAR e COTREFAL, as vendas do setor soja são dominadas pelas vendas de óleo e farelo (tabelas 9 e 10).

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DAS VENDAS DE GRÃOS, FARELO E ÓLEO NO TOTAL DAS VENDAS DO SETOR SOJA DA COCAMAR, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ milhões)

PRODUTO	1979		1980		1981		1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
TOTAL do Setor Soja	1 489		3 209		5 949		9 611		39 941	
Grãos	51	3,4	236	7,4	333	5,6	103	1,0	649	1,6
Farelo	747	50,0	1 887	59,0	3 437	58,0	5 757	60,0	23 008	57,6
Óleo	691	46,4	1 086	34,0	2 179	36,6	3 751	39,0	16 294	41,0

FONTE: COCAMAR - Balanços Patrimoniais

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DAS VENDAS DE GRÃOS, FARELO E ÓLEO NO TOTAL DAS VENDAS DO SETOR SOJA DA COTREFAL, NO PARANÁ - 1982-83

(Em Cr\$ milhões)

PRODUTO	1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%
Grãos	67	1	87	0,3
Farelo	3 165	56	13 212	55
Óleo	2 450	43	10 784	45
TOTAL do Setor Soja	5 682	100	24 083	100

FONTE: COTREFAL - Balanços Patrimoniais

Quanto a essas cooperativas, fica claro que o impacto do setor soja sobre a sobra total pode ser semelhante ao impacto da agroindústria sobre as sobras (no caso da COPACOL, as suspeitas levantadas não procedem).

Como se pode ver, apesar das limitações anteriormente comentadas, o impacto da agroindústria sobre a geração de sobras está longe de ser desprezível.

\*A COAMO não discrimina os produtos do setor soja.

### 2.3 DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS

Para determinar como se dá o processo de distribuição de sobras, pretende-se mostrar como se procedem os mecanismos de capitalização interna das cooperativas, enfocando as três fontes básicas de recursos existentes e seus aspectos legais. A primeira são as cotas-partes que o agricultor deve subscrever e integralizar ao se associar. A segunda é a retenção para aumento de capital de 1% a 3% do valor da produção entregue pelo associado à cooperativa. A terceira são as sobras líquidas que, na apuração anual dos resultados econômicos, vão para o Fundo de Reserva (10%) e para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES (5%), como obrigação mínima prevista na Lei 5 164/71.

A decisão sobre os resultados apresentados dependem, no entanto, da assembléia geral dos associados, que inclusive pode alterar os percentuais a serem retidos, bem como criar outros fundos - estes deverão constar no estatuto social, sendo específicos ou não.

Normalmente, as cooperativas dão uma destinação média de 50% das sobras para os fundos e os outros 50% são colocados à disposição da Assembléia Geral Ordinária - AGO -, na qual se decide a distribuição ou retenção desses valores no todo ou em parte.

Segundo as determinações legais, o Fundo de Reserva está previsto para suprir a reparação de perdas e o desenvolvimento das atividades sociais. O FATES se destina à prestação de assistência aos associados, a seus familiares e, quando previsto nos estatutos, atinge também os empregados da cooperativa.

Além desses fundos, que são obrigatórios, é facultado à cooperativa constituir fundos rotativos com recursos destinados

à fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. A lei declara expressamente que esses fundos são indivisíveis, não podendo de forma alguma serem rateados entre os cooperados. Argumentam os legisladores que essa proibição tem por objetivo proteger o interesse coletivo dos cooperados.

Evidentemente, ao lado desse mecanismo de capitalização interna, as cooperativas podem suprir suas necessidades de capital pela obtenção de recursos de terceiros, sobretudo pelo acesso a algumas linhas de crédito governamental subsidiado.

As cotas-partes constituem, em geral, um volume de recursos de pouca importância.

A prática da retenção para aumento de capital, que pode significar recursos de maior monta, tem sido abandonada pela grande maioria das cooperativas, em função do impacto negativo sobre sua capacidade de concorrência. Assim, a capitalização interna pode ser analisada quase que exclusivamente através da capitalização das sobras.

Observou-se que a capitalização das sobras pode se dar pela via de fundos legais ou especiais, que são limitados. O restante das sobras, após a alimentação dos fundos (sobras à disposição da Assembléia Geral Ordinária - AGO), também pode ser capitalizado, dependendo das necessidades, da estratégia da cooperativa e da concordância dos associados.

Como se deu então a repartição das sobras nas seis cooperativas selecionadas?

A COCAMAR reteve em 1979-83 em média cerca de 30% das sobras líquidas em fundos legais, situando-se, portanto, bem abaixo da retenção de 50% das sobras líquidas permitidas pela

Lei. O Fundo FATES,\* tende a perder importância no período analisado, refletindo, talvez, o fato de que a cooperativa opera muito mais intensivamente com seus associados que com terceiros. Os fundos especiais destinados à industrialização aparecem somente em 1979 (ano em que foram retidas 7,4% das sobras) e 1981, quando se destinaram 39% das sobras para o fundo de capitalização da indústria. O destino das sobras à disposição da AGO apresenta uma tendência interessante: até 1981, a totalidade das sobras a sua disposição foi distribuída; em 1982 e 1983 uma parcela bastante significativa é capitalizada. Com isso, o total das sobras distribuídas tende a cair no período, passando de 57% das sobras totais em 1979, para 44,5% em 1983. Essa retenção foi ainda mais intensa no período anterior a 1979, quando da contratação dos financiamentos para industrialização. Em 1977 e 1978 a COCAMAR distribuiu somente 17% e 36% das sobras, respectivamente, retendo grande volume das sobras totais. Com a intensificação da industrialização, parece que foi possível conciliar as necessidades de capitalização com as de distribuição (tabela 11).

A COTREFAL, ao contrário da COCAMAR, tende, no período, a utilizar os fundos legais para sua capitalização, chegando em 1982 ao limite permitido pela Lei. O FATES é mais importante para essa cooperativa do que para a COCAMAR. Quanto às sobras à disposição da AGO, observa-se que somente em 1981 houve dis-

\*O Fundo de Assistência Técnica Educacional Social - FATES - Operações com Terceiros é constituído das sobras apuradas na comercialização com não-associados. Esse fundo tem tido maior importância nas cooperativas industrializadas, devido à compra de matéria-prima no sentido de complementar a produção entregue pelos associados.

TABELA 11 - DESTINO DAS SOBRAS LÍQUIDAS E DAS SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COCAMAR, NO PARANÁ - 1979-83

ANO	SOBRAS LÍQUIDAS		SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	
	Tipo	%	Tipo	%
1979	Fundos Legais	31,5		
	Fundos industriais	7,4		
	Sobras à disposição da Ago	61,0	Distribuídas	57,0
			Juros sobre conta capital	4,0
1980	Fundos Legais	28,0		
	FATES Operações com Terceiros	15,5		
	Sobras à disposição da AGO	55,8	Distribuídas	54,0
			Juros sobre conta capital	1,8
1981	Fundos Legais	25,0		
	FATES Operações com Terceiros	7,4		
	Fundo capitalização da indústria	39,0		
	Sobras à disposição da AGO	28,6	Distribuídas	27,0
			Juros sobre conta capital	1,6
1982	Fundos Legais	28,8		
	FATES operações com Terceiros	4,1		
	Sobras à disposição da AGO	67,2	Distribuídas	51,0
			Juros sobre conta capital	3,2
			Conta capital	13,3
1983	Fundos Legais	30,0		
	FATES operações com Terceiros	30,0		
	Fundo Seguro	3,5		
	Sobras à disposição AGO	65,5	Distribuídas	44,0
			Juros sobre conta capital	0,5
		Gratificação diretoria	1,0	
		Conta capital	20,0	

FONTE: COCAMAR - Balanços Patrimoniais e Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

OBS.: Dados brutos, tabelas anexas A.1 e A.2

tribuição. Entretanto, cabe notar que a distribuição de sobras nesse ano foi efetuada após grande pressão dos associados sobre a diretoria (tabela 12).

TABELA 12 - DESTINO DAS SOBRAS LÍQUIDAS E DAS SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COTREFAL, NO PARANÁ - 1979-83

ANO	SOBRAS LÍQUIDAS		SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	
	Tipo	%	Tipo	%
1979	Fundos Legais	47,0		
	FATES Operações com Terceiros	6,0		
	Sobras à disposição da AGO	47,0	Conta capital	47,0
1980	Fundos Legais	44,5		
	FATES Operações com Terceiros	10,5		
	Sobras à disposição da AGO	45,0	Fundo desenvolvimento	45,0
			Juros sobre conta capital	6,0
1981	Fundos Legais			
	FATES Operações com Terceiros	29,5		
	Sobras à disposição da AGO	35,0	Distribuídos	24,0
			Juros sobre conta capital	11,0
1982	Fundos Legais	50,0		
	Sobras à disposição da AGO	50,0	Fundo desenvolvimento	50,0
1983	Fundos Legais	39,0		
	FATES Operações com Terceiros	22,0		
	Sobras à disposição da AGO	39,0	Conta Capital	39,0

FORTE: COTREFAL - Balanços Patrimoniais e Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

OBS.: Dados brutos, tabelas anexas A.3 e A.4

A COAMO mantém certa proporção entre os percentuais de retenção através dos fundos legais e das sobras à disposição da AGO no período 1979-83 (tabela 13). Conforme já visto, é uma das cooperativas que mais tem distribuído sobras e, quando se comparam o número de associados e o montante distribuído per capita, vê-se que mantém sua distribuição bem acima da das demais cooperativas. Para se ter uma idéia, em 1983, fazendo um rateio por igual a cada associado (normalmente a distribuição de so-



bras é feita segundo movimento de compra e venda de cada associado), a COCAMAR tem um retorno médio, por filiado, de Cr\$ 537 mil, enquanto na COAMO esse valor se eleva para Cr\$ 894 mil, ou seja, 40% a mais.

TABELA 13 - DESTINO DAS SOBRES LÍQUIDAS E DAS SOBRES À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COAMO, NO PARANHÁ - 1979-83

ANO	SOBRAS LÍQUIDAS		SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	
	Tipo	%	Tipo	%
1979	Fundos Legais	47,0		
	FATES Operações com Terceiros	7,9		
	Sobras à disposição da AGO	45,0	Distribuídas	32,0
			Retêm 70% das sobras do setor insumos e distribuí 100% das sobras da comercialização	
1980	Fundos Legais	48,2		
	FATES Operações com Terceiros	6,0	Distribuídas	6,0
	Sobras à disposição da AGO	45,8		
			Retêm 70% das sobras do setor insumos e distribuí 100% das sobras da comercialização	
1981	Fundos Legais	46,5		
	FATES Operações com Terceiros	6,9		
	Sobras à disposição da AGO	46,0	Distribuídas	31,0
			Retêm 70% das sobras do setor insumos e distribuí 100% das sobras da comercialização	
1982	Fundos Legais	42,0		
	FATES Operações com Terceiros	15,7		
	Sobras à disposição da AGO	42,0	Distribuídas	31,0
			Retêm 13% das sobras da comercialização e 50% das sobras do setor insumos	
1983	Fundos Legais	48,7		
	FATES Operações com Terceiros	10,1		
	Sobras à disposição da AGO	42,0	Distribuídas	38,0
			Demais informações não-disponíveis	

FONTE: COAMO - Balanços Patrimoniais e Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

OBS.: Dados brutos, tabelas anexas A.5 e A.6

Na forma de retenção de sobras, a COAMO apresenta uma situação diferente em relação às demais cooperativas analisadas, pois o setor comercial distribuí 100% dos resultados (exceto no ano de 1982) colocados à disposição da AGO, enquanto a retenção tem se dado no setor de insumos (ver tabela 13).

Embora não possua nenhum fundo específico para o setor industrial ou comercial, a COAMO utiliza o Fundo de Desenvolvimento\* como principal nas retenções, mantendo um percentual médio de 30% dos 50% destinados como fundos legais, do que pode-se deduzir que parte substancial dos recursos internos que financiam sua expansão provêm desse fundo.

Observa-se, ainda, um crescimento do FATES, operações com terceiros, chegando, em 1982, a 15,7% de apuração do resultado. Como fundo indivisível são recursos que a cooperativa dispõe para seu autofinanciamento.

A COPACOL tem adotado uma maior retenção nos fundos legais em detrimento das sobras à disposição da AGO (tabela 14). Tais medidas, em grande parte, resultam da necessidade de capitalização crescente e da escassez de recursos de terceiros. Isso se confirma pela análise da distribuição de sobras, que somente ocorreu em 1979 e 1981 - mesmo assim, apenas metade do que tinha sido colocado à disposição.

As necessidades de capitalização da COPACOL ficaram mais acentuadas a partir de 1982, com a entrada na industrialização, tendo sistematicamente retido todas as sobras colocadas à disposição da AGO. Mesmo assim, suas necessidades de capital foram bem maiores, tendo de recorrer, em 1983, à Circular 761 - crédito governamental, o que lhe permitiu estabilidade financeira temporária.

A COOPERVALE tem como estratégia não distribuir sobras, alocando esses recursos na Conta Capital dos Associados (tabe-

\*Fundo de Desenvolvimento é um percentual retido das sobras apuradas no ano para investimentos em geral e aparece com maior freqüência nas cooperativas industrializadas. Como fundo rotativo, é fixado nos estatutos o percentual a ser retido e o modo de formação, aplicação e liquidação.

1a 15). Tal decisão, tomada há algum tempo, sō foi alterada em 1983, quando ocorre uma especificação da destinação das sobras para o capital social e fundo para auto-seguro dessa cooperativa.

TABELA 14 - DESTINO DAS SOBRAS LÍQUIDAS E DAS SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COPACOL, NO PARANÁ - 1979-83

ANO	SOBRAS LÍQUIDAS		SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	
	Tipo	%	Tipo	%
1979	Fundos Legais	60,0		
	FATES Operações com Terceiros	-		
	Sobras à disposição da AGO	40,0	Distribuídas	24,0
			Sobras de milho e feijão 100% e das demais atividades comerciais 50%	
			Conta capital	16,0
1980	Fundos Legais	60,0		
	FATES operações com Terceiros	-		
	Sobras à disposição da AGO	40,0	Não houve distribuição, sendo capitalizados para aumento de quota parte	
1981	Fundos Legais			
	FATES operações com Terceiros	5,7		
	Sobras à disposição da AGO	37,7	Distribuídas	19,0
			Aumento de capital - quotas-partes	18,7
1982	Fundos Legais	57,1		
	FATES operações com terceiros	4,9		
	Sobras à disposição da AGO	38,0	Capitalizou em quotas-partes para aumento de capital	
1983	Fundos Legais	54,8		
	FATES operações com Terceiros	8,5		
	Sobras à disposição da AGO	36,6	Não distribuí, aumento de capital	

FONTE: COPACOL - Balanços Patrimoniais e Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

OBS.: Dados brutos, tabelas anexas A.7 e A.8

TABELA 15 - DESTINO DAS SOBRAS LIQUIDAS E DAS SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COOPERVALE, NO PARANÁ - 1979-83

ANO	SOBRAS LIQUIDAS		SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	
	Tipo	%	Tipo	%
1979	Fundos Legais	45,8		
	FATES Operações com Terceiros	8,4		
	Sobras à disposição da AGO	45,8	Retido na Conta Capital	100,0
1980	Fundos Legais	45,2		
	FATES Operações com Terceiros	9,6		
	Sobras à disposição da AGO	45,2	Retido na Conta Capital	100,0
1981	Fundos Legais	49,3		
	FATES Operações com Terceiros	1,3		
	Sobras à disposição da AGO	49,4	Retido na Conta Capital	100,0
1982	Fundos Legais	40,0		
	FATES Operações com Terceiros	19,8		
	Sobras à disposição da AGO	40,0	Retido na Conta Capital	100,0
1983	Fundos Legais	45,0		
	FATES Operações com Terceiros	9,7		
	Sobras à disposição da AGO	45,1	Rateio para o capital social	25,0
			Reservas para contingências	8,4
			Seguro	11,7

FUNTE: COOPERVALE - Balanços Patrimoniais e Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

NOTA: Dados brutos. Tabelas anexas A.9 e A.10

Observa-se, no entanto, que os recursos retidos não se destinam a fundos de desenvolvimento comercial ou industrial, sua finalidade estaria vinculada a uma ampliação dos serviços prestados aos produtores. Isso fica mais evidente quando se constata que nos fundos legais o que absorve maior fatia é o FATES, a partir de 1981, com média anual de 27%, sendo a maior participação dentre as cooperativas analisadas (tabela 15).

Essa destinação social dos recursos do FATES estaria na manutenção de um colégio agrícola, num maior número de técnicos agrônômicos e veterinários e num setor de consumo para abastecer os associados, entre outros serviços.

Na COMFRABEL o critério de distribuição das sobras difere do das demais cooperativas: ano distribui toda a sobra à dis-

posição, ano seguinte retêm. Apenas em 1981 é que tal sistemática foi alterada, pois essa cooperativa reteve 25% das sobras e distribuiu os outros 25% (tabela 16).

TABELA 16 - DESTINO DAS SOBRAS LÍQUIDAS E DAS SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COMFRABEL, NO PARANÁ - 1979-83

ANO	SOBRAS LÍQUIDAS		SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	
	Tipo	%	Tipo	%
1979	Fundos Legais	50,0		
	Sobras à disposição da AGO	50,0	Capitalizada na conta capital dos associados	50,0
1980	Fundos Legais	50,0		
	Sobras à disposição da AGO	50,0	Distribuídas entre os associados	50,0
1981	Fundos Legais	50,0		
	Sobras à disposição da AGO	50,0	Capitalizados	25,0
1982	Fundos Legais	25,0		
	Sobras à disposição da AGO	75,0	Distribuídas	75,0
1983	Fundos Legais	25,0		
	Sobras à disposição da AGO	75,0	Capitalizadas na conta capital dos associados	75,0

FORTE: COMFRABEL - Balanços Patrimoniais e Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

OBS.: Dados brutos, tabelas anexas A.11 e A.12

Apesar de não ter distribuído as sobras em 1983, a COMFRABEL não apresentou volumes significativos se comparados aos da COAMO e COCAMAR. Suas sobras à disposição nesse ano, se fossem distribuídas totalmente, dariam a cada produtor associado apenas 47 mil cruzeiros, o que é pouco significativo frente à COAMO, que proporcionou um valor 19 vezes maior que este.

A partir de 1982, a COMFRABEL altera os percentuais de distribuição, concentrando maior fatia (75%) à disposição da AGO. O interessante nessa mudança está em destinar a maior parte das sobras à conta capital dos associados e não aos fundos legais, que são indivisíveis.

De uma maneira geral, os resultados econômicos obtidos pela maioria das cooperativas analisadas não são distribuídos.

Os motivos da não-distribuição diferem de cooperativa para cooperativa.

Algumas cooperativas realizam uma distribuição antecipada, via preços ou alocando as sobras retidas na área social, como é o caso da COOPERVALE. Outras cooperativas, principalmente as que recorreram à Circular 761, ficaram impedidas, durante o período de amortização de tais créditos, de procederem a qualquer tipo de distribuição de sobras. Ainda, há cooperativas que apresentam um volume de sobras que não é distribuído na sua plenitude. A necessidade de autocalcapitalização - recursos usados na amortização dos financiamentos -, tanto naquelas que se industrializaram recentemente, quanto naquelas já industrializadas e que necessitam de um aporte maior de capital de giro - principalmente devido à redução dos créditos governamentais subsidiados e ao aumento das taxas de juros -, faz com que não distribuam totalmente as sobras.

Entretanto, cabe indagar qual tem sido a participação e controle do quadro social nas decisões quanto à destinação desses recursos, que, em princípio, deveriam ser distribuídos.

### 3 GESTÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NAS COOPERATIVAS PARANAENSES

A questão da participação dos associados nas cooperativas se coloca como uma decorrência natural quando se pensa em organização cooperada, à medida que esta pressupõe uma reunião livre de diferentes membros de alguns setores da sociedade para defesa dos seus interesses comuns.

Observa-se, no entanto, que a preocupação quanto à participação nas cooperativas coincide, de certo modo, com os períodos em que há alguma evidência de crise na organização que pode decorrer de fatores internos, externos ou de ambos. Nesse sentido, é importante analisar a questão da participação nas cooperativas agropecuárias do Paraná.

As cooperativas, nos últimos anos, vêm obtendo resultados menos satisfatórios no que diz respeito à distribuição de benefícios, principal reivindicação dos associados. O reflexo mais imediato desse problema é a deterioração que se tem observado nas relações entre os quadros dirigentes e os seus associados.

A crise nas cooperativas é consequência da crise econômica em que se encontra a economia brasileira, penalizando a agricultura de forma acentuada, quer pela escassez de recursos subsidiados e ela destinados, quer pela estagnação do mercado, fazendo com que a variação nos preços dos principais produtos seja menor em relação aos custos de produção.

A ausência de créditos governamentais subsidiados acaba acentuando a crise econômico-financeira pela qual passam muitas cooperativas paranaenses. Essa situação tem provocado forte ressonância sobre o quadro social que, em última instância, é quem tem de responder pelos prejuízos não-cobertos pelos ativos, levando-o assim a se preocupar com o controle interno das cooperativas, preocupações já existentes, sem, no entanto, terem merecido a devida importância. Isso, no fundo, espelha os conflitos de interesses presentes nesse tipo de organização, que somente não se manifestaram anteriormente porque grande parte dos associados foi, de certa forma, beneficiada direta ou indiretamente.

Hoje, com a crise, os questionamentos internos passam a ser frequentes e dizem respeito à sua própria articulação, ou seja, como convivem produtores associados tão diferentes (tamanho de propriedade, pauta de produtos diferentes) e por que durante todo o percurso a participação e gestão dos pequenos e médios produtores associados foram deixadas de lado?

Ao que tudo indica, hoje, a participação é considerada como imprescindível no novo rumo a ser delineado pelo cooperativismo daqui para frente. A preocupação com a participação do quadro social, entretanto, não é nova para a maioria das cooperativas. A partir do final dos anos 70, já era notória a crise do sistema econômico-financeiro, que retirava das cooperativas os financiamentos subsidiados, elevando, assim, substancialmente o endividamento a longo prazo da maioria delas, agravado principalmente pela crescente industrialização do setor. Essa situação levou as direções de cooperativas, que até então não tinham demonstrado qualquer sensibilidade, a declarar um interesse pre-



mente em incentivar uma maior participação do quadro social. Isso estaria em sintonia com as necessidades crescentes de maior autocalcapitalização por parte das cooperativas, exigindo um maior envolvimento dos associados.

No entanto, essa intenção das direções não chegou a se efetivar, por acreditarem que o problema da autocalcapitalização havia sido postergado em função de conjunturas favoráveis para determinados produtos agrícolas, via obtenção de melhores preços.

A avaliação dos associados não foi a mesma. Apesar do aumento de filiações nas cooperativas, este não foi acompanhado de maiores volumes\* de produção entregue. Isso pode significar o maior ingresso de pequenos produtores, o que não estaria refletindo um maior volume de produção. Note-se também que houve pequena variação nos volumes produzidos no Estado. Por último, o que pode estar ocorrendo é desvio de produção, forma concreta de o associado manifestar sua insatisfação frente à cooperativa.

Nesse contexto de não-participação, pretende-se, de um lado, discutir as questões levantadas, tendo por base a estrutura de poder nas cooperativas e a análise dos interesses que levaram esses produtores a se organizarem e das alianças internas realizadas. Por outro, analisam-se a visão do Estado quanto

\*Evolução do total da produção agrícola\*recebida pelas cooperativas e do número de associados

ANO	PROD. RECEBIDA	ÍNDICE BASE = 100	ASSOCIADOS	ÍNDICE BASE = 100
1979	3 546 420	100	86 639	100
1981	4 862 285	137	126 309	146
1983	4 873 205	137	161 525	186

FONTE: ACARPA - Banco de Dados Cooperativista, 1979-83

\*Exclui-se cana-de-açúcar

ã não-participação e a solução dada com a criação dos Comitês Educativos enquanto canal de expressão dos associados aceito pelas direções das cooperativas.

### 3.1 ESTRUTURA DE PODER NAS COOPERATIVAS PARANAENSES

As cooperativas agropecuárias são sociedades de pessoas e não de capitais, portanto tem como princípio "um homem um voto". Nesse sentido, todo poder interno depende unicamente do voto do associado presente nas assembléias e nas eleições para os membros de direção da cooperativa.

Quando se observam as categorias de produtores com maior número dentro das cooperativas, constata-se que estas são formadas de pequenos produtores, ou seja, aqueles que detêm áreas inferiores a 50 ha (tabela 17).

TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS, POR ESTRATOS DE ÁREA, SEGUNDO GRANDES REGIÕES, NO PARANÁ - 1970-83

REGIÃO ANO	0 < 50		50 < 100		> 100		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
<b>Oeste/Sudoeste</b>								
1979	32 237	82,3	4 923	12,5	1 995	5,0	39 155	100,0
1980	35 736	81,1	5 653	12,8	2 653	6,0	44 042	100,0
1981	39 059	84,7	5 401	11,7	2 441	5,3	46 901	100,0
1982	45 912	83,3	6 698	12,1	2 489	4,5	55 099	100,0
1983	48 596	85,0	5 429	9,5	3 168	5,5	57 193	100,0
<b>Norte/Nordeste</b>								
1979	26 241	68,2	6 895	17,9	5 349	13,9	38 485	100,0
1980	38 609	72,5	7 777	14,6	6 807	12,8	53 193	100,0
1981	48 617	75,5	8 571	13,3	7 160	11,1	64 348	100,0
1982	59 486	75,9	10 585	13,5	8 315	10,6	78 386	100,0
1983	72 287	77,0	12 315	13,1	9 279	9,9	93 881	100,0
<b>Sul</b>								
1979	5 401	60,0	1 642	18,2	1 956	21,7	8 999	100,0
1980	5 246	55,1	1 717	18,0	2 550	26,8	9 513	100,0
1981	6 148	57,6	2 324	21,8	2 197	20,6	10 669	100,0
1982	7 287	62,1	1 946	16,6	2 523	21,5	11 726	100,0
1983	6 300	60,3	1 936	18,5	2 215	21,2	10 451	100,0

FONTE: ACARPA/EMATER - Banco de Dados Cooperativista, 1979-83

Ora, se isso realmente ocorresse, não existiriam dúvidas de que o pequeno produtor era quem deveria deter o poder nas cooperativas, uma vez que seus interesses estariam mais presentes e toda decisão tenderia a ser legitimada por maioria; mas por que isso não ocorre?

A participação dos pequenos produtores no quadro diretor é pequena, predominando a dos grandes e médios produtores.

Observando-se isoladamente a diretoria executiva, que é quem exerce o controle da gestão, tem-se a maior concentração de grandes produtores quando comparada à das demais categorias (tabela 18).

TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS DIRETORES E CONSELHEIROS FISCAIS, SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA, NO PARANÁ - 1982

ESTRATO	DIRETORES EXECUTIVOS*		DIRETORES CONSELHEIROS**		CONSELHO FISCAL***	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
0 - 20	14	9,52	22	8,20	69	23,46
20 - 50	19	12,92	65	24,25	95	32,31
50 - 100	24	16,32	53	19,77	52	17,68
100 - 200	29	19,72	59	22,01	51	17,34
200 - 500	28	19,04	47	17,53	24	8,16
mais de 500	32	21,76	22	8,20	3	1,02
TOTAL	147	100	268	100	294	100

FONTE: ACARPA. Cooperativismo em Análise. Curitiba, 1983. v.2

\*Diretores Executivos: Presidente, Vice-presidente e Secretário

\*\*Diretores Conselheiros: três efetivos e três suplentes

\*\*\*Conselho Fiscal: três efetivos e três suplentes

Entretanto, a maior participação dos pequenos produtores se dá no conselho fiscal, exercendo uma função meramente de fiscalização, não tendo nenhum papel nas decisões (ver tabela 18). Ao que tudo indica, essa participação dos pequenos produtores teria sido menor em anos anteriores, apesar de não se ter

os dados disponíveis sobre a composição da diretoria, além dos apresentados para 1982.

Numa divisão do Estado em três grandes regiões é possível perceber um outro nível de participação dos associados. Ou seja, no Oeste/Sudoeste a participação do pequeno produtor é maior que nas demais regiões, em todos os cargos de direção (tabela 19). Isso se deve, provavelmente, a uma maior organização dos produtores e por terem uma produção agrícola com interesses mais homogêneos em termos de produtos. Além disso, não se pode ignorar o papel dos Comitês Educativos enquanto formadores de quadros para as cooperativas.

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DOS DIRETORES E CONSELHEIROS FISCAIS, POR REGIÃO, SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA, NO PARANÁ - 1982

ESTRATO	DIRETORES EXECUTIVOS			DIRETORES CONSELHEIROS			CONSELHO FISCAL			TOTAL	
	Oeste/ Sudoeste	Norte	Sul	Oeste/ Sudoeste	Norte	Sul	Oeste/ Sudoeste	Norte	Sul	Abs.	%
0 - 20	7	5	2	9	11	2	26	35	8	105	14,80
20 - 50	4	12	3	25	31	8	26	47	22	179	25,24
50 - 100	9	12	3	15	26	11	9	29	14	129	18,19
100 - 200	8	15	6	16	23	20	11	25	15	139	19,60
200 - 500	3	17	8	7	32	8	2	15	7	99	13,96
mais de 500	6	15	11	-	14	8	-	1	2	57	8,03
TOTAL	38	76	33	74	137	57	74	152	68	709	100,00

Fonte: ACARPA. Cooperativismo em Análise. Curitiba, 1983. v.2

Normalmente as análises sobre a estrutura de poder nas cooperativas iniciam com um corte entre as três principais categorias de produtores, grandes, médios e pequenos, indicando o controle dos primeiros por razões que passam até por maior nível cultural ou, como constata Araújo, (...) os escolhidos para a direção fazem parte de grupos mais representativos em termos de propriedade dos meios de produção. São eles grandes produtores agrícolas. A delegação de poderes, muitas vezes, é

feita justamente por estes critérios.<sup>5</sup>

Essas análises, entretanto, não explicam devidamente qual o papel do pequeno produtor associado enquanto categoria social expressiva e que tipo de alianças estes têm mantido com outras categorias, principalmente, com a dos grandes produtores.

É importante notar que na maioria das cooperativas, na época de eleições, nunca houve chapas de oposição concorrendo. Por outro lado, observa-se que a participação nas assembléias gerais e ordinárias, dos associados pequenos e médios, por exemplo, é maior que a dos grandes produtores. Tudo indica que essa estrutura de poder é mais complexa do que as análises em geral tentam habitualmente esclarecer.

Na tentativa de se buscar uma explicação para essa questão, retoma-se a história das cooperativas no Paraná. Para a maioria das cooperativas, sua fundação se deu com o desenvolvimento da cultura da soja, permanecendo como seu principal produto. Outras cooperativas já existentes também a incorporaram como principal produto.

A soja, que inicialmente era cultivada por número limitado de propriedades médias e grandes, passa, devido ao grande incentivo governamental, via crédito subsidiado - custeio e investimento - e principalmente ao alto preço do produto no mercado mundial no início dos anos 70, a ser desenvolvida também, de forma intensa, por uma parcela considerável de pequenos produtores, que buscava com isso, o ingresso massivo nas coopera-

<sup>5</sup>ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba, Projeto, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1982. p.164. (Estudos paranaenses, 9).

tivas. Mas, ao procurar a cooperativa já não eram somente pequenos produtores, eram, antes de tudo, produtores de soja.\* Recebem aí incentivos que os levam a reforçar esse cultivo, tornando-se monocultores de soja. Seus interesses também mudam, pois abandonam a policultura que tradicionalmente cultivavam, aliando-se aos interesses do grande e médio produtor de soja. Ou seja, essa transposição de interesse diz respeito não somente ao abandono dos produtos não-dinâmicos - arroz e feijão -, como aos seus interesses enquanto categoria de pequenos produtores, em favor das alianças com grandes e médios produtores de soja.

Tais acordos realizam-se com relativa facilidade quando grande e pequenos produtores tem em cultura principal o mesmo produto. Este parece ser o caso dos produtores de soja que se diferenciam tanto pela área cultivada (grandes, pequenos) quanto pelas relações de produção ((predominância do trabalho assalariado em alguns e predominância do trabalho familiar em outros) e pela tecnologia empregada. A cooperativa atua em função do que lhe é comum (a produção de soja) e dependendo das circunstâncias ocupa-se secundariamente, de questões ou produtos outros.<sup>6</sup>

Nas cooperativas paranaenses essa aliança muda a forma de distribuição dos lucros auferidos com as suas atividades. A partir desse momento, os resultados obtidos (sobras) serão distribuídos somente entre os produtores de determinado produ-

\*A soja já era plantada nos pequenos estabelecimentos do Oeste/Sudoeste, em pequenas áreas para mistura na ração dos suínos.

<sup>6</sup>FRANTZ, Telmo Rudi. A participação em cooperativas: um direito ou uma exigência econômica? Possibilidades e limitações numa economia concorrencial. s.n.t. mimeografado.

to, por exemplo, os produtores de soja. Antes os resultados obtidos com todos os produtos eram rateados entre todos os produtores segundo a movimentação de cada um. Isso também é válido para os insumos, que representavam grande vantagem para esses produtores.

Assim, os interesses vinculados a esse grupo de produtores estão presentes no próprio crescimento e expansão da cooperativa desde os investimentos em armazenagem - é nos graneleiros que a capacidade aumenta rapidamente - até a opção agroindustrial pelo esmagamento da soja.\*

Aliando-se os interesses desses produtores de soja vis à vis com os da cooperativa, poderia se afirmar que a cooperativa, enquanto unidade autônoma de valorização e reprodução do capital, estaria funcionando como empresa em sintonia com esses produtores, realizando a produção e reforçando, até certo ponto, a diferenciação existente entre os produtores, principalmente os de menor área.

O quadro de convivência do bloco dominante - produtores de soja - nas cooperativas sô começa a sofrer rupturas com a crise que afeta o setor nos anos oitenta. A partir daí há um momento de reflexão, principalmente dos pequenos produtores de soja, que até então tinham interesses "semelhantes" aos do grande produtor, quando se dão conta de que a crise não se apresentava do mesmo modo para ambos. Isso conduz a uma cisão interna, tendo por base os resultados financeiros efetivos apresentados pelas cooperativas. Essas, para fazer frente à crise, e dada

\*Isoladamente o setor soja, fora do setor laticínios, é o que apresenta maior volume de investimentos em armazéns, e principalmente, em unidades industriais.

inexistência de financiamentos subsidiados, retêm os resultados com a justificativa de retornos futuros para o quadro social.

No entanto, a maioria dos associados discorda desse maior aporte de capital à cooperativa, exigindo uma maior participação nos resultados e não apostando mais nos obtidos a longo prazo. O que prevalece a partir daí são os interesses de curto prazo, aumentando o nível de exigências dos associados, que não mais avaliam a cooperativa com a mesma confiança do passado. Como recuperar a confiança do quadro social constitui a grande preocupação das cooperativas atualmente, o instrumento que tem sido utilizado para fazer frente a essa problemática são os Comitês Educativos.

### 3.2 COMITÊS EDUCATIVOS

Os esforços no sentido de melhorar o relacionamento entre direção e quadro social das cooperativas, num primeiro momento, partiram do próprio Estado, com amparo na Lei Cooperativa,\* que prevê a organização de produtores para participação na cooperativa.

No Paranã, a proposta foi desenvolvida pela Associação de Crédito e Assistência Rural - ACARPA, com o objetivo de aproximar os órgãos de administração ao seu quadro social. A ACARPA e as Cooperativas iniciaram a formação de grupos de associados para compor os Comitês Educativos\*\* - órgãos auxilia-

\*A lei cooperativa 5 764 de dezembro 1971 prevê, em seu artigo 47, parágrafo 1º: "o estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração". Entendeu-se que esses órgãos auxiliares poderiam ser formados por associados, sendo criados nas cooperativas a partir de meados da década de 70.

\*\*A formação de um Comitê Educativo se dá a nível de comunidade rural, no qual produtores associados se reúnem para discutir as questões relacionadas com a cooperativa.



res da diretoria das cooperativas -, cujos representantes são eleitos democraticamente nas suas comunidades. Esses produtores são associados e geralmente líderes em suas comunidades, segundo o discurso oficial.

Dentre as principais atribuições dos Comitês, destacam-se:

- a) ser um elo de ligação entre associados e órgãos de administração da cooperativa;
- b) auxiliar a administração, subdividindo-a com informações e idéias;
- c) desenvolver um programa de educação cooperativista;
- d) criar condições de desenvolvimento social e cultural;
- e) formar cooperativistas sabidos, conscientes, atuantes e capazes de assumir cargos na diretoria e conselho fiscal;
- f) estabelecer clima de cooperação visando ao desenvolvimento perfeito das atividades da cooperativa;
- g) elevar o nível de tecnologia aplicada à agropecuária;
- h) difundir e manter o ideal cooperativista;
- i) organizar e dinamizar as comunidades.<sup>7</sup>

Como se pôde observar, os Comitês estão muito mais preocupados com a viabilidade da cooperativa, do que com o papel da inserção do associado nessa estrutura. Qualquer organismo dessa natureza teria necessariamente que partir do caráter de reciprocidade entre a cooperativa e o quadro social. No entanto, os Comitês se tornaram uma instância de treinamento para os associados que pretendem ter sua "inserção" nos quadros diretores da cooperativa. Esse treinamento, na maioria das vezes, reproduz, através de "lideranças" a estrutura de poder local

<sup>7</sup>ACARPA. Comitês educativos nas cooperativas do Paraná. s.n.t. mimeografado.

no seio da cooperativa.

Os caminhos da organização dos Comitês são também questionados. Procura-se mostrar ao associado que sua participação na cooperativa só é possível após se submeter a um programa de "conscientização", via educação que, na verdade, não passa de mecanismo ideológico de controle social. No diagnóstico dos técnicos assessores da diretoria das cooperativas, por exemplo, está explícito que somente a educação do quadro social fortalece a cooperativa.

Assim, (...) a educação do produtor rural através dos Comitês Educativos é uma das formas eficientes de congregar um maior número de associados às cooperativas. Esse é um dos grandes benefícios da liderança treinada e esclarecida.<sup>8</sup> Essa parece ser a melhor forma de cooptação do produtor, que permanece sem respostas às suas questões mais imediatas.

A excessiva preocupação de viabilizar a cooperativa, tomando por base a educação, torna evidente a preocupação de legitimar os dirigentes. Segundo o documento da ACARPA, os Comitês (...) abrem mil caminhos para melhorar a imagem da cooperativa e a eficiência das administrações.<sup>9</sup> Reconhece-se, ainda, que essa instância torna o produtor mais consciente na tomada de decisão em assuntos que dizem respeito a sua empresa.<sup>10</sup>

O documento porém expressa, em certo momento, a idealização esperada por tal intervenção, chegando a otimizar a seguinte situação:

<sup>8</sup> ACARPA. Comitês educativos ...

<sup>9</sup> ACARPA. Comitês educativos ...

<sup>10</sup> ACARPA. Comitês educativos ...

Pelas constantes oportunidades de discussão entre associados e administração, as percepções são homogeneizadas, propiciando a co-gestão. Através de representantes preparados e esclarecidos - não domesticados - os produtores se mantêm participantes e dinamizados.

Todavia, o rigoroso controle sobre os Comitês está presente no documento, e, ao que parece, reflete o período autoritário vivido pelo país: (....) um benefício maior às administrações é que os membros dos Comitês são associados esclarecidos, instruídos e que sabem o que falam, sugerem e reivindicam.<sup>11</sup> O controle chega a tal ponto de recomendar o (....) acompanhamento dos líderes para permitir neutralizar idéias estranhas ao cooperativismo.<sup>12</sup>

Ao se analisar o relacionamento do quadro social com os diretores da cooperativa, vê-se que essas práticas de controle parecem ter conseguido algum resultado. Araújo observa que esses diretores

- (....)
- a) não deixam emergir a situação de reais proprietários da cooperativa aos associados;
  - b) respondendo a um mecanismo social de diluição de oposições mais evidentes, supervalorizam o necessário aparato administrativo que a instituição requer para prosseguir como tal.<sup>13</sup>

Um balanço recente indica o crescimento do número de Comitês, bem como do número de produtores associados que deles

<sup>11</sup> ACARPA. Comitês educativos ...

<sup>12</sup> ACARPA. Comitês educativos ...

<sup>13</sup> ARAÚJO, p.80.

participam. Entretanto, é notório entre as próprias cooperativas que o funcionamento desses Comitês serve mais às diretorias das cooperativas do que aos produtores, principalmente aos pequenos. Ou seja, os Comitês constituem canais de transmissão da cooperativa, que dificilmente funcionam em sentido contrário, uma vez que as reivindicações dos produtores, particularmente dos pequenos, não são atendidas. Enfim, o que seria um canal de ida e volta não está acontecendo na maioria das cooperativas (tabela 20).

TABELA 20 - NÚMERO DE COMITÊS EDUCATIVOS E DE ASSOCIADOS PARTICIPANTES, SEGUNDO GRANDES REGIÕES, NO PARANÁ - 1979-1981-1983

REGIÕES	1980		1981		1983	
	Comitês	Assoc.	Comitês	Assoc.	Comitês	Assoc.
Oeste/Sudeste	46	1 368	63	1 764	83	2 545
Norte/Nordeste	23	529	72	1 652	60	1 316
Sul	6	103	15	424	15	360

FONTES: ACARPA

A viabilidade administrativa dos Comitês, legitimados pela maioria das cooperativas, deu-se até 1981, quando começa a sofrer um processo de estagnação e diminuição para duas regiões (ver tabela 20). Assim, também os Comitês passam a refletir uma crise, cujas conseqüências têm sido o sucessivo afastamento dos associados, que não vêm mais nessa instância um foro de defesa de seus interesses.

Não restam dúvidas, portanto, que uma maior participação dos associados, não apenas nos momentos de crise, mas também nos resultados positivos, é colocada como ponto central na relação cooperativa/associado. Essa participação poderá ser fa-

cilitada pelo aprofundamento da discussão política, intensificando as reivindicações dos associados por uma atuação efetiva nos rumos da cooperativa.

#### 4 CONCLUSÕES

Apesar de a agroindústria cooperativada ter se instalado num período de crise, seu impacto sob a geração de sobras é claramente positivo. Em muitas cooperativas, a industrialização já é a atividade dominante, representando uma grande proporção tanto do faturamento total quanto das sobras. O caso da COCAMAR é bastante ilustrativo: o faturamento industrial contribui com cerca de 66% para o faturamento total, enquanto as sobras dos setores industriais - soja e algodão - representam mais de 86% das sobras totais.

A retenção ou distribuição das sobras, aumentadas pela presença da indústria, depende da estratégia da conjuntura particular a cada cooperativa. Isso dificulta o estabelecimento de alguma tendência clara, num ou noutro sentido, marcada pela industrialização. Entretanto, ao contrário do que se poderia supor, a industrialização parece não conduzir necessariamente à maior retenção de sobras. A conclusão mais cabível é a de que os recursos gerados pela atividade industrial conciliam as necessidades de capitalização com as exigências de repartição das sobras.

Os dados analisados dão uma visão, até certo ponto, otimista e favorável às cooperativas, principalmente as que detêm agroindústrias. No entanto, esse quadro sofreu mudanças substanciais em 1984 com reflexos maiores nas cooperativas não-industriais, com a crise nos preços do algodão e, em 1985, com a

queda do preço da soja no mercado mundial.

Os resultados esperados pelos associados não aconteceram. Os conflitos se acentuaram e várias cooperativas que estão com problemas financeiros quase fecharam as portas. A COOPAVEL e a COCAP são exemplos que marcam a crise do setor.

Reverter essas dificuldades parece ser o grande desafio das cooperativas nesta segunda metade dos anos oitenta.

Nesse sentido, tem-se colocado a questão da possibilidade de uma maior participação dos associados na gestão das cooperativas, na tentativa de alcançar, entre outros objetivos, uma maior rentabilidade das atividades, além da manutenção de certos serviços auxiliares da produção ou mesmo de certas atividades sociais não-rentáveis, mas igualmente importantes para os seus membros.

Isso se faz importante principalmente se for considerada a crescente expressão dos pequenos produtores nas cooperativas, os quais se recentem de canais de representação que permitam a consolidação dos seus interesses. O que tem ocorrido é uma centralização do poder dos grandes e médios proprietários que, não raramente, está atrelada ao poder político municipal e regional, às vezes se confundido com ele mesmo.

As recentes transformações no plano político possibilitaram uma visão mais crítica dos Comitês Educativos, criados pelo Estado numa tentativa doutrinária e propagandista, que se mostraram inviáveis para solucionar o conflito entre as direções e o quadro social.

A necessidade de discussão e realização de novos processos de capitalização, bem como de novas formas de gestão e poder, tem sido a questão mais importante dos associados, sobretudo dos pequenos produtores.

**ANEXO**



TABELA A.1 - REPARTIÇÃO DAS SOBRAS DA COCAMAR À DISPOSIÇÃO DA AGO, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

ANO	SOBRAS						ASSOC. PRESENTES À AGO (%)
	Líquidas (A)	À Disposição AGO (B)	B/A (%)	Retido na Conta Capital	Distribuída (C)	C/A (%)	
1979	182 725	125 303	69,9	-	104 717	57,0	-
1980	521 208	282 073	56,0	-	282 573 9 500*	54,0	2,0
1981	825 958	556 655	67,0	Fundo para Indústria 320 057	223 744 12 852*	27,0	3,0
1982	1 821 272	1 224 457	67,0	242 070	919 868 60 518*	51,0	29,0
1983	23 562 201	15 389 010	67,0	4 672 600	10 366 455 106 705*	44,0	19,0

FONTE: COCAMAR - Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

\*Juros pagos sobre a Conta Capital dos Associados

TABELA A.2 - SOBRAS LÍQUIDAS E FUNDOS ESTATUTÁRIOS DA COCAMAR, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

DESTINO	1979		1980		1981		1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sobras Líquidas	182 725	100,0	521 208	100,0	825 958	100,0	1 821 272	100,0	23 562 201	100,0
Fundos Estatutários										
Reserva	19 141	10,5	47 629	9,1	68 986	8,4	349 273	19,2	4 637 560	19,7
Desenvolvimento	19 141	10,5	47 629	9,1	68 986	8,4	-	-	-	-
FATES	19 141	10,5	47 629	9,1	68 986	8,4	174 637	9,6	2 318 780	10,0
FATES Não-Associados	-	-	86 246	16,5	62 344	7,5	74 906	4,2	374 399	1,6
Fundo p/Aumento Capital Setores (soja, algodão, trigo e milho)	29 060	16,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Cobertura de riscos de Auto Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	842 450	3,6
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	4 672 601	20,0
Posto Juros s/Conta Capital	7 080	3,7	9 500	1,8	12 852	1,6	60 518	3,2	106 705	0,5
Aumento do Capital p/complementar Financ. Montagem Setor Industrial	-	-	-	-	320 058	39,0	-	-	-	-
Outros COCAP	13 505	7,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo p/Pag. Rateio	-	-	-	-	-	-	919 869	50,5	10 366 455	44,5

FONTE: COCAMAR - Balanços Patrimoniais

TABELA A.3 - REPARTIÇÃO DAS SOBRAS DA COTREFAL À DISPOSIÇÃO DA AGO, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

ANO	SOBRAS						ASSOC. PRESENTES À AGO (%)
	Líquidas (A)	À Disposição AGO (B)	B/A (%)	Retido na Conta Capital	Distribuída (C)	C/A (%)	
1979	12 221	5 723	47,0	5 723	-	-	32,0
1980	69 849	26 886	39,0	26 886	-	-	18,0
				Fundo Desenvolvimento			
1981	58 671	14 244	24,0	-	58 671 (À pedido dos associados)	-	14,0
1982	152 464	76 232	50,0	76 232 Fundo Desenvolvimento (Capital de Giro)	-	-	21,0
1983	1 909 175	144 168	39,0	-	-	-	35,0

FONTE: COTREFAL - Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

TABELA A.4 - SOBRAS LÍQUIDAS, FUNDOS ESTATUTÁRIOS E SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COTREFAL, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

DESTINO	1979		1980		1981		1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sobras Líquidas	12 221	100,0	69 848	100,0	58 671	100,0	152 465	100,0	1 909 175	100,0
Fundos Estatutários										
FATES 10%	1 145	8,4	6 213	9,0	4 156	7,1	15 246	10,0	148 834	7,8
Fundo Reserva Legal 10%	1 145	9,4	6 213	9,0	4 156	7,1	15 246	10,0	148 834	7,8
Fundo Desenvolvimento 30%	3 434	28,1	18 640	26,5	12 468	21,3	45 739	3,0	446 501	23,4
Prov. p/Pag.s/Capital Integral	-		4 180	6,0	6 535	11,0	-	-	-	-
FATES oper.c/Terceiros	773	6,1	7 716	10,5	17 112	29,0	-	-	420 838	22,0
Sobras à Disp. da AGO	5 724	47,0	26 886	39,0	14 244	24,0	76 232	50,0	744 169	39,0

FONTE: COTREFAL - Balanços Patrimoniais

TABELA A.5 - REPARTIÇÃO DAS SOBRAS DA COAMO À DISPOSIÇÃO DA AGO, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

ANO	SOBRAS						ASSOC. PRESENTES À AGO (%)
	Líquidas (A)	À Disposição AGO (B)	B/A (%)	Retido na Conta Capital	Distribuída (C)	C/A (%)	
1979	246 659	110 187	45,0	70% sobras do Setor insumos 30 788	100% sobras da comercialização (65 512) 30% sobras de insumos (13 195)	32,0	7,0
1980	923 497	434 751	47,0	70% sobras de insumos 152 601 30% sobras de insumos (65 400)	100% sobras da comercialização (216 501)	31,0	9,0
1981	1 913 555	882 999	46,0	70% sobras de insumos 287 171	100% sobras de comercialização (461 036) 30% sobras de insumos (123 073)	31,0	5,0
1982	3 523 842	1 469 096	42,0	13% sobras da comercialização 126 879 50% sobras insumos 248 894	87% sobras da comercialização (838 862) 50% sobras de insumos (248 894)	31,0	5,0
1983	28 555 250	12 002 757	42,0	1 014 163	10 988 594	38,0	...

FONTE: COAMO - Atas das Assembleias Gerais Ordinárias - 1979-83

...Informação não disponível

TABELA A.6 - SOBRAS LÍQUIDAS, FUNDO ESTATUTÁRIOS E SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COAMO, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

DESTINO	1979		1980		1981		1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sobras Líquidas	246 659	100,0	948 926	100,0	1 913 555	100,0	3 523 842	100,0	28 555 250	100,0
Fundos Estatutários										
Reserva	22 207	90,0	86 950	9,1	178 075	9,3	296 129	18,4	2 403 346	8,4
FATES Operações com Associados	16 199	56,5	66 340	7,0	89 038	4,6	148 064	4,2	1 201 673	4,2
FATES Operações não-Associados	19 496	7,9	56 559	6,0	132 802	6,9	555 174	15,7	2 890 820	10,1
Fundo Desenvolvimento	77 724	31,5	304 326	32,0	623 264	32,6	1 036 452	29,4	8 411 711	29,5
Provisão p/Rateio do Trigo	847	0,3	(25 429)	-	7 377	0,4	18 926	0,5	13 973	0,0
Reservas para Contingências	-	-	-	-	-	-	-	-	1 876 811	6,6
Sobras à disposição da AGO	110 188	45,0	434 751	45,8	882 990	46,0	1 469 096	42,0	12 002 757	42,0

FONTE: COAMO, Balanços Patrimoniais

TABELA A.7 - REPARTIÇÃO DAS SOBRAS DA COPACOL À DISPOSIÇÃO DA AGO, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

ANO	SOBRAS						ASSOC. PRESENTES À AGO (%)
	Líquidas (A)	À Disposição AGO (B)	B/A (%)	Retido na Conta Capital	Distribuídas (C)	C/A (%)	
1979	27 376	10 950	40,0	50% sobras da comercialização 4 380	100% sobras de milho e feijão 50% sobras da comercialização 6 570	24,0	17,0
1980	53 760	21 504	40,0	100% aumento de quotas partes 21 504	-	-	-
1981	101 324	38 224	37,7	50% aumento de quotas partes 19 112	19 112	19,0	7,0
1982	65 009	24 722	38,0	24 722	-	-	11,0
1983	1 898 264	694 825	38,0	694 825	-	-	14,0

FONTE: COPACOL - Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

TABELA A.8 - SOBRAS LÍQUIDAS, FUNDOS ESTATUTÁRIOS E SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COPACOL, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

DESTINO	1979		1980		1981		1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sobras Líquidas	27 377	100,0	53 760	100,0	101 324	100,0	65 009	100,0	1 898 263	100,0
Fundos Estatutários										
FATES Não-Associados	-		-		5 764	5,7	3 203	4,9	161 199	8,5
FATES	4 107	15,0	8 064	15,0	13 334	14,1	9 271	14,3	260 559	13,7
Reserva	5 476	20,0	5 376	10,0	9 556	9,4	6 181	9,5	173 706	9,1
Desenvolvimento	6 844	25,0	18 816	35,0	33 446	3,0	21 632	33,3	607 973	32,0
Sobras à Disposição da AGO	10 951	40,0	21 504	40,0	38 224	37,7	24 722	38,0	694 826	36,0

FONTE: COPACOL - Balanços Patrimoniais

TABELA A.9 - REPARTIÇÃO DAS SOBRAS DA COOPERVALE À DISPOSIÇÃO DA AGO, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

ANO	SOBRAS						ASSOC. PRESENTES À AGO (%)
	Líquidas (A)	À Disposição AGO (B)	B/A (%)	Retido na Conta Capital	Distribuída (C)	C/A (%)	
1979	37 200	17 045	46,0	17 045	-	-	49,0
1980	115 391	52 176	45,0	52 176	-	-	38,0
1981	446 248	220 302	49,0	220 302	-	-	36,0
1982	287 172	115 133	40,0	115 133 (quotas-partes)	-	-	13,0
1983	4 784 427	2 158 987	45,0	...	-	-	...

FONTE: COOPERVALE - Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

... Informação não-disponível

TABELA A.10 - SOBRAS LÍQUIDAS, FUNDOS ESTATUTÁRIOS E SOBRAS LÍQUIDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COOPERVALE, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

DESTINO	1979		1980		1981		1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sobras Líquidas	774 480	100	1 377 370	178	2 614 126	337	924 405	119	4 320 142	558
Fundos Estatutários										
FATES Não-Associados	64 999	100	115 247	177	28 051	43	144 541	222	446 452	718
FATES	35 614	100	54 476	153	656 940	1 844	175 463	493	1 295 392	3 637
Reserva 20%	320 606	100	490 242	153	437 961	137	116 975	36	863 595	269
Rateio p/Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	1 200 000	-
Reservas p/Contingência-Seguro	-	-	-	-	-	-	-	-	400 000	-
Sobras à Disposição da AGO	356 240	100	544 717	153	1 094 901	307	292 438	82	558 987	157

FONTE: COOPERVALE - Balanços Patrimoniais

TABELA A.11 - REPARTIÇÃO DAS SOBRAS DA COMFRABEL À DISPOSIÇÃO DA AGO, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

ANO	SOBRAS						ASSOC. PRESENTES À AGO (%)
	Líquidas (A)	À Disposição AGO (B)	D/A (%)	Retido na Conta Capital	Distribuída (C)	C/A (%)	
1979	9 370	4 684	50,0	4 684	-	-	24,0
1980	17 030	8 515	50,0	-	8 515	50,0	23,0
1981	33 667	16 833	50,0	8 416	8 416	25,0	35,0
1982	31 021	23 266	75,0	-	23 266	75,0	3,5
1983	318 805	239 103	75,0	239 103	-	-	9,0

FONTE: COMFRABEL - Atas das Assembleias Gerais Ordinárias

TABELA A.12 - SOBRAS LÍQUIDAS, FUNDOS ESTATUTÁRIOS E SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO DA COMFRABEL, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ mil correntes)

DESTINO	1979		1980		1981		1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sobras Líquidas	9 370	100,0	17 030	100,0	33 667	100,0	31 021	100,0	318 805	100,0
Fundos Estatutários										
Reserva	937	10,0	1 703	10,0	3 367	10,0	3 102	13,3	31 881	10,0
FATES	1 405	15,0	2 554	15,0	5 050	15,0	4 653	20,0	47 821	15,0
Fundo Desenvolvimento	2 342	25,0	4 257	25,0	8 417	25,0	-	-	-	-
Sobras à disposição da AGO	4 685	50,0	8 515	50,0	16 833	50,0	23 266	75,0	239 104	75,0

FONTE: COMFRABEL - Balanços Patrimoniais

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ACARPA. Banco de dados cooperativista: 1979-1984. Curitiba, 1980-1984.
- 2 \_\_\_\_\_. Comitês educativos nas cooperativas do Paraná. s.n.t. 5 p. Mimeografado.
- 3 \_\_\_\_\_. Cooperativismo em análise. Curitiba, 1983. v.2
- 4 BEM, Jorge S. de. A crise nas cooperativas do Paraná. Indústria e Comércio. Curitiba, 2 jul. 1985.
- 5 ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba, Projeto, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1982. 215p. (Estudos paranaenses, 9).
- 6 FLEURY, Maria Tereza Leme. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Global, 1983. 152p.
- 7 FRANTZ, Telmo Rudi. A participação em cooperativas; um direito ou uma exigência econômica? Possibilidades e limitações numa economia concorrencial. s.n.t. Mimeografado.
- 8 IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Agroindústrias e cooperativas no Paraná. Curitiba, 1985.
- 9 IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Perspectivas e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983. 272f.
- 10 LOUREIRO, Maria Rita Garcia, org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1981. 155p. (Coleção teoria e prática sociais).
- 11 REPENSAR o cooperativismo. Folha de Londrina, Londrina, 6 jul. 1985. Cad. especial.